

Malan: lei brasileira ³¹ impede fraude de empresas

Ministro defende autonomia da CVM e do BC

Flávia Barbosa

• O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem que o rigor da legislação brasileira impede que o país registre casos de maquiagem de balanços como os ocorridos nos EUA. Porém, Malan enfatizou que os escândalos americanos aceleraram o processo de reavaliação de risco da economia mundial, tornando necessário um aperfeiçoamento das medidas em vigor para evitar desconfiância dos investidores.

— Essas coisas não acontecem no Brasil porque foram tomadas providências para resolvê-las. Mas o fato é que se levantou uma nuvem de incertezas e, nesse ambiente de risco, precisamos rever nossas estraté-

gias — disse Malan, durante a posse do novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Rio.

Segundo Malan, no Brasil as fraudes são mais difíceis porque as leis dificultam a criação de empresas de propósito específico, a anotação de despesas correntes como investimentos e a prestação de consultoria e auditoria por uma mesma empresa. Além disso, citou, há exigência de rodízio de auditores no país.

Malan destacou a importância de a CVM passar a ter mandato fixo de cinco anos para seu colegiado e independência operacional. E sinalizou novamente que, para a tranquilidade da economia brasileira, seria bom que o Banco Central recebesse a mesma autonomia.